

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Inovação social, sociedade civil, democracia e sustentabilidade

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PARCERIAS NAS ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL DE FLORIANÓPOLIS-SC**

089.028.339-76

Florianópolis
2021

PROPOSTA DE PESQUISA: ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PARCERIAS NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE FLORIANÓPOLIS-SC

1- INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA, DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA/CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

O Brasil é o nono país mais desigual do mundo (IBGE, 2019) e o 84º país no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) segundo relata o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 2019). Segundo dados do IBGE (2010), Florianópolis ocupa a terceira posição entre as cidades com maior Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, mas ainda assim, possui 67 zonas de interesse social em que 123.239 pessoas vivem em situação de extrema pobreza, com renda de até meio salário mínimo por mês (ANDION, 2020).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, há no Brasil um pouco mais que 820 mil organizações da sociedade civil, em relação a sua distribuição geográfica, 19% estão localizadas na região sul (IPEA, 2016). Na Grande Florianópolis, com base no mapeamento de OSCs do Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM), há cerca de 292 organizações mapeadas atuando nas áreas de assistência social, ambiental, educação, saúde, cultura, defesa dos direitos e desenvolvimento comunitário. Dentre as organizações mapeadas, cerca de 53% das OSCs atuam na área de assistência social (ICOM, 2006).

No início do século XXI, houve um grande avanço dos movimentos capitalistas ocasionando no desprendimento dos interesses coletivos, no aumento da desigualdade e da pobreza em diversas regiões do mundo. Por consequência, a população passou a valorizar e defender organizações que buscam soluções coletivas para os problemas sociais enfrentados (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Os fundamentos das abordagens em direito estão mais fortes em debates sobre o desenvolvimento e combate à pobreza, não somente em espaços governamentais (na formulação de políticas públicas) como também nos movimentos sociais, devido à grande importância da luta pela cidadania e pelos direitos sociais (ROMANO; ANTUNES, 2002). A efetivação da democracia participativa se manifesta na formação de espaços públicos e por meio do engajamento da sociedade civil nas etapas de discussões e nas tomadas de decisões vinculadas com problemas sociais e políticas públicas (TEIXEIRA; DAGNINO; SILVA, 2002 *apud* CORREIA; MELO; OLIVEIRA, 2019).

O empoderamento está relacionado com a autonomia e a autodeterminação, de forma que desenvolve um senso de poder pessoal, entretanto, não se descarta a possibilidade de o ator ser ajudado por agentes externos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). O empoderamento tem

relação com o poder, com o propósito de mudar as relações de poder em benefício dos indivíduos desprovido de poder. Se o poder for relativo a controle, o empoderamento é considerado o método para adquirir controle (SEN, 1997). Sendo assim, as organizações da sociedade civil podem adquirir controle em relação à organização dispondo de empoderamento.

Com base nas análises explicitadas, foi norteado a seguinte questão: Em que medida as parcerias que as organizações da sociedade civil de Florianópolis-SC estabelecem, contribuem ou não para o seu empoderamento?

Considerando o problema de pesquisa apresentado previamente, determinou-se como objetivo geral para a presente pesquisa: Identificar em que medida as parcerias que as organizações da sociedade civil de Florianópolis-SC estabelecem, contribuem ou não para o seu empoderamento.

Tendo em vista o objetivo geral pretendido, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a. Selecionar e contextualizar quatro organizações da sociedade civil.
- b. Descrever o método de formação de parceria das organizações definidas.
- c. Identificar, a partir do relato dos membros da organização e da descrição anterior, o nível de contribuição das parcerias para o empoderamento dos agentes e o crescimento das organizações.
- d. Relacionar os estudos levantados entre as quatro organizações estudadas.

São amplos e complexos os problemas sociais enfrentados atualmente, as organizações da sociedade civil (OSCs) em parceria com outras esferas possuem o propósito de reduzir esse cenário (AGOSTINI et al., 2017). As relações entre sociedade civil e outras esferas da sociedade se estabelecem por meio de um problema que é abordado por diversos teóricos para a compreensão de como são apresentadas essas interações (NETO; SERAFIM, 2014).

Segundo Lavallo e Szwako (2015), ainda não se dispõe de diagnósticos de conjunto satisfatórios sobre as mudanças ocorridas nas últimas décadas relativo aos padrões de relacionamento entre Estado e sociedade civil, os avanços nos debates têm gerado bons resultados para o caminho da especialização. No entanto, apesar de bons contra-argumentos e fontes teóricas e empíricas, os diagnósticos precisam fornecer percepção das transformações de determinados padrões de codeterminação à emergência e à cristalização de modelos novos de recíproca determinação entre Estado e sociedade civil.

Conforme relatado, há escassez de estudos orientados que analisem as características individuais de organizações da sociedade civil. A contribuição da presente pesquisa é pertinente não só para a comunidade acadêmica, como também para a sociedade civil local e brasileira, colaborando para intensificar o empoderamento e a busca por equilíbrio de poder entre essas

parcerias, sem que elas destituam os agentes da sociedade civil. O propósito pessoal da pesquisa é contribuir para que a sociedade civil seja formada por agentes reflexivos e donos da sua própria história.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

O termo sociedade civil possui diversos significados, frequentemente esses conceitos se contestam, resultando em diversas discussões políticas. O conceito estudado possui um extenso e tortuoso histórico no campo das ideias políticas, regressando ao princípio da modernidade e contextualizando os diferentes significados de acordo com o posicionamento teórico, das circunstâncias históricas e do aspecto de autoridade política do tempo em estudo (PINHEIRO, 2005). De forma sucinta a sociedade civil tem sido vista como “uma esfera não estatal, antiestatal, pós-estatal e até supraestatal” (GÓMEZ, 2003).

A expressão sociedade civil é comumente empregue como um dos termos da ampla dicotomia entre sociedade civil e Estado. Significa que não é possível estabelecer a sua definição, assim como determinar sua dimensão exceto se redefinir em paralelo o termo Estado e indicando a sua dimensão. De forma negativa, é entendido por sociedade civil como a “esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo” (BOBBIO, 1999).

A primeira análise do conceito de sociedade civil foi estabelecida por Aristóteles, levantando a denominação *koinonia politiké*, traduzido para o latim como *societas civilis*, que significa comunidade de cidadãos livres e iguais. Ao se referir ao termo *koinonia politiké*, se tratava da pólis ateniense em que os cidadãos eram convocados para as tomadas de decisões, não havia a separação entre sociedade e Estado (TEIXEIRA, 2009).

Por meio da interferência do republicanismo antigo, do iluminismo e da economia política, no século XIX, Hegel rompe a relação com o legado jusnaturalista, retratando as esferas pré-estatais, afastando-se dos estudos que reduziam as relações sociais e econômicas às esferas jurídicas, concebidas pelo contrato social e a teoria de propriedade (PINHEIRO, 2005).

Hegel estabelece uma crítica em relação ao jusnaturalismo, com fundamento em Aristóteles, Montesquieu e Ferguson, por meio da declaração de que o estado de natureza é também o estado social e as normas do mercado são essenciais para a composição da sociedade civil. Ao mesmo tempo que as pessoas e organizações reagem na sociedade civil a partir das suas predileções, a superação dessas barreiras poderia ser conquistada por intermédio da família

e do Estado, por meio da sociedade civil, seria um ator significativo para a evolução da vivência ética (ARATO; COHEN, 1994).

A contribuição de Karl Marx para a construção do conceito de sociedade civil, foi marcada além de uma resposta à Hegel, também por influências do Iluminismo Escocês. Na visão de Marx, a sociedade civil é considerada a arena da luta de classes, para o pensador, a sociedade civil é constituída por massas separadas das quais a sua composição é fortuita e não se refere a uma organização (PINHEIRO, 2005).

Os autores citados, mesmo depois de décadas, continuam sendo influentes e fizeram suas contribuições para a formação do pensamento dos autores modernos. Há quatro matrizes teóricas sobre o pensamento contemporâneo (PINHEIRO, 2005):

- a. Matriz neotocquevilliana: defende que sociedade civil ativa é essencial para o estabelecimento da democracia. A sociedade civil é retratada como um espaço ocupado por organizações de associação livre, em que os indivíduos participam em conformidade com os seus interesses privados, criando vínculo com outros indivíduos por meio do comprometimento mútuo.
- b. Matriz neoliberal: a sociedade civil é vista de uma forma mais passiva, não é tão retratada como uma esfera independente do Estado e do mercado, e sim, como complementar ou suplente às outras esferas.
- c. Matriz habermasiana: a sociedade civil inclui as instituições e modelos de associações que necessitam de uma relação comunicativa para a sua reprodução. As relações são movidas pela comunicação, na visão habermasiana, a sociedade civil é independente. Os autores Cohen e Arato (2000) resgatam a concepção hegeliana sobre sociedade civil, a autonomia das comunidades e das corporações são vistas como um empecilho contra a intrusão de caprichos subjetivos. Cohen e Arato (2000) observam a sociedade civil como uma proposta emancipatória moderna.
- d. Matriz gramsciana: do ponto de vista de Gramsci, a sociedade civil é considerada o agrupamento de organismos chamado habitualmente de privados, constituídos por organizações responsáveis pela formulação e pela expansão de ideologias, compreendendo as igrejas, partidos políticos, sistema escolar, entre outros.

A definição de sociedade civil recebeu grande amplitude em significados no passado, por meio da representação da vivência coletiva fora das organizações públicas. Na atualidade, grande parte dos estudiosos distingue a sociedade civil do Estado e do mercado. Cohen e Arato (1992), fundamentado na diferenciação de Habermas (1987) acerca do sistema e do mundo da vida. O Estado se organiza por entre o poder racional-legal, a economia por intermédio dos

recursos financeiros e a sociedade civil por entre a relação comunicativa. O mercado e o Estado fazem parte do sistema, por meio destas esferas, a sociedade é condicionada pelos imperativos do lucro e da burocracia (BAIÃO; PECI; COSTA, 2015).

Com base em Young (2000), as pessoas são mediatizadas pelo poder legal e pelo lucro, são limitadas em suas ações conforme o propósito do Estado e do mercado, ao passo que, na sociedade civil as pessoas se organizam mais por meio do diálogo do que com regras e preços, nas organizações da sociedade civil as atuações são estruturadas por meio de uma lógica particular, além da diferenciação da sociedade civil em relação ao Estado e ao mercado, ambos são definidos pelo desempenho da configuração estruturada na sistematização da atividade humana (BAIÃO; PECI; COSTA, 2015).

A relação entre estado, mercado e sociedade civil é estabelecida por meio de uma problemática analisada com relevante empenho teórico, para o propósito de compreender como essas interações são instituídas (SERAFIM, 2014). A sociedade civil tem responsabilidades diferentes em relação ao Estado e ao mercado, sua principal finalidade é melhorar a vida dos indivíduos desfavorecidos, são movidos por valores que representam a aspiração pela melhoria social, possui componentes de voluntarismo, governança privada e independente e são formalmente compostas de direito (ANDION, 2020).

Nas teorias da administração pública é comum observar uma concepção estadocêntrica e tecnocrática, em que o governo se dispõe como agente principal ou único do ato de governar. Porém, ocorreram algumas mudanças nas últimas décadas em relação aos desafios dos problemas públicos de maior complexidade e, conseqüentemente, foi necessário repensar o ponto de vista anterior, trazendo para discussão um olhar multicêntrico, no qual considera que o ato de governar vai além da ação do governo (ANDION, 2020).

O conceito de governança abre espaço para diferentes interpretações e pontos de vistas sobre a relação entre Estado e sociedade civil. A concepção de interdependência se posiciona como uma possibilidade de amplificar a eficiência do Estado e reduzir custos (Salamon, 1995 *apud* ANDION, 2020). Por meio dessa perspectiva, a governança decorre do controle do governo em relação ao agente, as organizações da sociedade civil. Alguns estudos expõem as barreiras dessa perspectiva, na qual transpõe a realidade por meio de cooptação da sociedade civil, resultando na perda de autonomia em sua atuação e se moldando mais como funcional do que como transformadora (MEYER; MEIER, 2015 *apud* ANDION, 2020).

O Estado tem poder de interferir nas atividades das OSCs, através da formação de obstáculos e limitações para a atuação política e aquisição de recursos econômicos, por meio da geração de medidas que elevam seus custos operacionais e desincentivo ao acesso de

recursos públicos e privados, assim como medidas de autogeração de receitas (MENDONÇA; FALCÃO, 2016).

Quando o Estado aplica a parceria de contenção, ele restringe a autonomia e a influência das organizações da sociedade civil (OSCs), por intermédio de um controle em desequilíbrio na qual limita a intervenção ou atividade das organizações, com excesso de exigências burocráticas. Não há valor e propósito em comum identificado, podendo haver perseguição de organizações dissidentes (MENDONÇA; MEDEIROS; ARAÚJO, 2019).

3- METODOLOGIA

A pesquisa será fundamentada por meio da perspectiva qualitativa. No decorrer do seu desenvolvimento a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada. Não se investiga por meio de enumerações ou medições de eventos e frequentemente, não emprega instrumento estatístico para a análise de dados. O campo de interesse da pesquisa qualitativa é amplo e denota de uma concepção diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Nesse tipo de pesquisa integra a obtenção de dados descritivos por meio do contato direto e participativo do pesquisador com a circunstância do objeto de estudo. Geralmente, nas pesquisas qualitativas, é preciso que o pesquisador compreenda os fenômenos, em conformidade com as perspectivas dos participantes do foco de estudo e, assim, posicione sua interpretação mediante aos fenômenos estudados (NEVES, 1996).

Com base em Godoy (1995), quando os eventos de pesquisa não são suscetíveis de controle e o objetivo do pesquisador está relacionado à atualidade, de forma que o seu estudo só pode ser realizado em seu ambiente natural, é apropriado utilizar o método de investigação do estudo de caso. Na presente pesquisa serão trabalhados com multicasos, com objetivo de fazer um estudo comparativo. De acordo com Triviños (1994), o estudo comparativo possibilita a compreensão mais adequada de acordo com o objeto de estudo, através das comparações é factível analisar características que correspondem ou diferem relativo aos casos de pesquisa.

A pesquisa será realizada em quatro organizações da sociedade civil de Florianópolis-SC, com base no relato dos membros da organização. A quantidade foi estabelecida com base em outras pesquisas de mestrado analisadas e também por ser uma quantidade adequada análise e comparação de dados. A etapa de coleta será por meio de entrevistas, visto isso, serão elaboradas algumas perguntas focalizadas na resolução dos objetivos específicos.

Os objetivos específicos que buscam: descrever o método de formação de parceria das organizações definidas; e; identificar, a partir do relato dos membros da organização e da descrição anterior, o nível de contribuição das parcerias para o empoderamento dos agentes e o

crescimento das organizações; serão desenvolvidos por meio da entrevista e observação do entrevistador.

Conforme Haguette (1997), a entrevista é considerada um processo de interação social entre dois indivíduos, sendo que um deles é o entrevistador e tem o propósito de conseguir informações do outro, que é o entrevistado. Com base em Boni e Quaresma (2005), a entrevista é a técnica mais utilizada no processo de coleta de dados, o objetivo é coletar dados objetivos, que são adquiridos por meio de fontes secundárias, e subjetivos, por meio da realização de uma entrevista devido a relação com os valores, atitudes e opiniões dos entrevistados.

As possíveis limitações da pesquisa estão na análise de interpretação dos dados. Com base em Bourdieu (1999), é preciso ser cauteloso com o processo de transcrição da entrevista, é preciso que o entrevistador descreva toda a forma de comunicação verbal e não verbal da entrevista, deve ser fiel e ter fidelidade a totalidade do que foi analisado e comunicado na entrevista.

4- CRONOGRAMA

Com base na proposta de projeto apresentada, foi estruturado o seguinte cronograma:

Tabela 1 – Proposta de cronograma para o projeto de dissertação

ANO 2021												
Atividades	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Estudo e dedicação sobre o tema.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reuniões de orientação.								x	x	x	x	
Seleção das OSCs a serem estudadas e inserção na organização.									x	x	x	x
Elaboração do escopo do projeto de dissertação (revisão dos objetivos).								x	x	x	x	
Seleção de literatura para o embasamento teórico.								x	x	x	x	
ANO 2022												
Estudo e dedicação sobre o tema	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reuniões de orientação		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Criação e validação das perguntas para as entrevistas.	x	x										
Aplicação das entrevistas nas organizações.		x	x	x								
Construção da fundamentação teórica.	x	x	x	x	x	x	x					
Interpretação dos dados coletados.	x	x	x	x	x	x	x					
Estruturação da pesquisa.								x	x	x	x	x
Ano 2023												
Ajustes finais e reuniões		x	x	x	x							
Apresentação da dissertação						x						

Fonte: elaborado pelo autor.

5- REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L. M.; TONDOLO, R. R. P., TONDOLO, V. A. G. **An Overview On Social Innovation Research: Guiding Future Studies**. Brazilian Business Review, 2017.
- ANDION, Carolina. **Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil**. 2020.
- AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência político**. Opinião Pública. Campinas, vol. 18, nº 2, novembro. p. 383-398. 2012.
- BAIÃO, Alexandre Lima; PECL, Alketa; COSTA; Caio César de Medeiros. **Parcerias entre Estado e Sociedade Civil na Perspectiva do Capital Social**. Salvador, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da Política**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Vol. 2 nº 1. 2005.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. 1992.
- CORREIA, Suzanne Érica; MELO, Lucia Silva Albuquerque de; OLIVEIRA, Verônica Macário. **Inovação Social e Sociedade Civil: Conteúdo, Processos e Empoderamento**. Reunir: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade. p. 48-61. 2019.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, maio./jun. 1995.
- GÓMEZ, José María. **Entre potencialidades e limites, temores e esperanças – notas sobre a sociedade civil e a globalização**. In: GARCIA, Joana. et al. **Sociedade e políticas: novos debates entre ONGs e universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. 1987.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ICOM, Instituto Comunitário da Grande Florianópolis. **Mapeamento de OSCs na Grande Florianópolis**. 2016.
- IPEA, Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. **Mapa das OSCs**. 2016. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>
- KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde e Sociedade, v. 18, 2009.
- LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. **Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate**. Vol. 21. p. 157-187. 2015.
- LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. **Economia solidária**. In: HESPANHA et al. (Coord.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MENDONÇA, Patrícia de; MEDEIROS, Anny Karine de; ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **Modelos para parcerias entre governos e organizações da sociedade civil: análise comparativa de políticas de AIDS, assistência social e cultura no Brasil**. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro. 2019.

MENDONÇA, Patrícia de; FALCÃO, Domenica Silva. **Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado?** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 21, n. 68. 2016.

NETO, Jorge Braun; SERAFIM, Maurício Custódio. **Relações entre estado, sociedade civil e mercado: a abordagem da Economia Civil**. 2014

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisa em Administração. São Paulo, V.1, Nº 3.1996.

PINHEIRO, Sérgio. **Sociedade civil: a mágica e a sedução do conceito**, 1994. In: AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte, 1995.

PNUD, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. 2019.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Actionaid. 2002.

SEN, G. **Empowerment as an approach to poverty**. 1999. Disponível em: <<https://www.eldis.org/document/A26558>>

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **O conceito de sociedade civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau**. 2009.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo : Atlas, 1994.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. New York: Oxford University Press, 2000.